

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

TACIANE NERES MORO

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO TEMA TRANSVERSAL: UMA
EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI.**

São Borja

2017

TACIANE NERES MORO

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO TEMA TRANSVERSAL: UMA
EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas - Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciada em Ciências Humanas.

Orientador: Ronaldo Bernadino Colvero

São Borja

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o Amado, Graciliano Machado de Assis

Obras clássicas de autores brasileiros / Graciliano Machado de Assis Amado.

115 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) – Universidade Federal do Pampa, LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/ESPANHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2013.

"Orientação: João José Maria de Jesus".

1. Literatura. 2. Clássicos literários. 3. Autores brasileiros. I. Título.

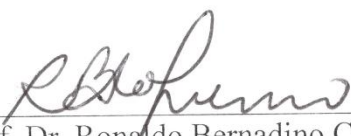
TACIANE NERES MORO

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO TEMA TRANSVERSAL: UMA
EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas - Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciada em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29/11/2017

Banca examinadora:



Prof. Dr. Ronaldo Bernadino Colvero
Orientador
(UNIPAMPA)



Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paiáguá
(UNIPAMPA)



Prof.ª Me. Viviane Pouey Vidal.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, a minha mãe Suzana e meu pai Belino por todos os esforços que não foram medidos, e por terem feito tudo que esteve ao alcance para que eu pudesse chegar nesta etapa final. A minha irmã Kelem pelo incentivo e por sempre estar torcendo pelo meu sucesso. Ao meu companheiro Deivis por ter me acompanhado desde o início desta jornada, por ter me apoiado nas minhas decisões e por sempre ter me incentivado nos momentos difíceis.

Ao meu professor orientador Ronaldo Colvero, pelo incentivo, pela dedicação ao meu trabalho, pela humildade e paciência ao passar o seu conhecimento, pela confiança e esforço depositado em minha formação, e por todos os ensinamentos que levarei para a vida. A professora Viviane Vidal que durante as aulas nos inspirou e nos fez perceber a importância da Educação Patrimonial e da valorização da cultura indígena, obrigada também pelos conselhos durante a produção deste trabalho. A vocês meus professores que marcaram a minha formação, jamais terei palavras suficientes para expressar a minha gratidão.

A todas as amigas e companheiras de viagens de Itaqui á São Borja, em especial Brenda, Yasmim e Gyheniffer, obrigada pelas conversas, pelos momentos de descontração, pela vivência compartilhada e reciprocidade ao qual tivemos umas com as outras.

A minha amiga e colega de aula Vitiéle pelo companheirismo e momentos de descontração. E a minha amiga Lilian que tanto me ensinou e incentivou neste mundo acadêmico, a você tenho admiração pela pessoa guerreira que es, obrigada pelas palavras de apoio e de positividade que sempre foram ditas no momento certo.

Agradeço a Escola Municipal de Ensino Fundamental Otávio Silveira e Colégio Estadual São Patrício pela receptividade, as professoras Ruti e Rosane por todo o interesse e dedicação no desenvolvimento das oficinas, aos alunos no 9º ano do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio pela aceitação e pelo interesse em participar das oficinas. Ao vereador Eber Escobar pela disposição e pelo interesse e esforço para com o patrimônio arqueológico de Itaqui.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos, fortalecer a identidade indígena da região e promover a visibilidade do patrimônio arqueológico correspondente dos povos Charrua, Minuano e Guarani do município de Itaqui, localizado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, através da Educação Patrimonial, aplicada nas escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Otávio Silveira (9º ano) e o Colégio Estadual São Patrício (2º ano do ensino médio) no ano de 2017. Para viabilizar tais objetivos, percorremos o seguinte caminho, o trabalho de desenvolveu inicialmente com levantamento e análise da bibliografia sobre essas etnias, desde o momento em que ocuparam o território da fronteira oeste até o processo da colonização espanhola e posteriormente portuguesa. A seguir foram abordados os conceitos de Educação Patrimonial e sua relação e importância para percepção e valorização da cultura indígena e da história local. A partir desse arcabouço teórico possibilitou substratos para realização de três oficinas nas duas escolas mencionadas, onde os elementos teóricos e práticos se relacionam, viabilizando a Educação Patrimonial e o dever de ser uma prática constante para a conscientização possa ser internalizada e vivenciada.

Palavras-Chave: Patrimônio Arqueológico; Educação Patrimonial; Charrua; Minuano; Guarani.

ABSTRACT

The purpose of this Course Completion Work is to strengthen the indigenous identity of the region and promote the visibility of the corresponding archaeological heritage of the Charrua, Minuano and Guarani peoples of Itaqui municipality, located in the western border of the state of Rio Grande do Sul, through (Escola Municipal de Ensino Fundamental Otávio Silveira (9th grade) and the São Patrício State College (2nd year of high school) in 2017. In order to achieve these objectives, we developed initially with a survey and analysis of the bibliography on these ethnic groups, from the time they occupied the territory of the western border until the process of Spanish colonization and later Portuguese. Next, the concepts of Heritage Education and their relation and importance for the perception and valorization of the indigenous culture and the local history were approached. Based on this theoretical framework, it was possible to create substrates for three workshops in the two mentioned schools, where the theoretical and practical elements of relation, enabling the Patrimonial Education and the duty to be a constant practice for the awareness can be internalized and experienced.

Keywords: Archaeological Heritage; Patrimonial Education; Charrua; Minuano; Guarani.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Parte do material arqueológico na mesa de análise. Itaqui / RS. Fonte: COLVERO; SILVA, 2010, p. 17	31
Figura 2: Exposição dos artefatos arqueológicos na Câmara de Vereadores de Itaqui. Foto: Taciane Moro	31
Figura 3: Slides para a primeira oficina. Fonte: Taciane Moro.....	39
Figura 4: Alunos da Escola Otávio Silveira analisando os artefatos. Foto: Taciane Moro.	42
Figura 5: Alunos da Escola Otávio Silveira analisando os artefatos. Foto: Taciane Moro.	42
Figura 6: Alunos do Colégio Estadual São Patrício e o Vereador Éber Escobar. Foto: Taciane Moro.....	43
Figura 7: Alunos aprendendo a confeccionar a Cerâmica Guarani. Foto: Taciane Moro	45
Figura 8: Alunos aprendendo a confeccionar a cerâmica Guarani. Foto: Taciane Moro.	46
Figura 9: Cerâmicas confeccionadas pelos alunos da Escola Otávio Silveira. Foto: Taciane Moro.....	46
Figura 10: Alunos do Colégio São Patrício confeccionando cerâmica Guarani. Foto: Taciane Moro.....	47
Figura 11: Cerâmicas confeccionadas pelos alunos do Colégio Estadual São Patrício. Foto: Taciane Moro.	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A Pré-história do Rio Grande do Sul e a Ocupação Indígena em Itaqui	11
2.1A Ocupação Indígena Pré-Colonial no Rio Grande do Sul	11
2.2Os índios pampeanos: Os Charrua e Minuano	14
2.3A Cultura Indígena Guarani e a sua Chegada ao atual Rio Grande do Sul.....	17
2.4Os Guarani, Os Charrua e Os Minuano perante a colonização: O Processo Histórico de Demarcação de Território.	20
2.5Redução e Catequização dos Índios Guarani e o Processo de Aculturação dos Índios Charrua, Minuano até o esmagador extermínio.....	24
3 Os Vestígios Arqueológicos Indígenas em Itaqui e a Educação Patrimonial como Tema Transversal nas Escolas	30
3.1Patrimônio Material dos povos originários de Itaqui	30
3.2A Educação Patrimonial e seu viés cultural	32
3.3As oficinas de Educação Patrimonial como tema transversal	35
3.3.1 Primeira oficina: roda de conversa e explicação com slides:	36
3.3.2 Segunda Oficina: Visita a Câmara de Vereadores.....	40
3.3.3 Terceira Oficina: Confeção de cerâmica Guarani	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS:	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma experiência de Educação Patrimonial como tema transversal nas escolas do município de Itaqui. O patrimônio que será objeto de estudo para essa experiência trata-se acervo arqueológico correspondente dos povos originários Charrua, Minuano e Guarani, que se encontra exposto na Câmara de Vereadores Palácio Rincão da Cruz. Deste modo, temos como premissa proporcionar o fortalecimento da identidade indígena de Itaqui, assim como, promover a visibilidade do patrimônio arqueológico, sendo estudado e compreendido como parte da cultura desta sociedade.

Um bem cultural seja material ou imaterial, representa a história de um grupo social, destacando suas características e especificidades, esses bens culturais são responsáveis pelo reconhecimento da sociedade da história local, por isso conhecer e estudar os patrimônios locais torna-se fundamental. A Educação Patrimonial é a ferramenta essencial para fazer a ponte de acesso entre a sociedade e o seu patrimônio.

A Educação Patrimonial é o meio necessária para incentivar a consciência de valorização do patrimônio histórico, mas ainda não existe a possibilidade de a mesma fazer parte dos currículos escolares. Desta forma, a Educação Patrimonial será introduzida através da transversalidade, sendo um trabalho de cunho social que visa fortalecer a identidade cultural da população itaquense.

Logo, essa pesquisa se justifica na medida em que as pessoas se identificam e preservam um patrimônio histórico a partir do momento em que se sentem familiarizadas com o mesmo, isso ocorre quando sua etnia ou a sua cultura se torna significativa para a história local ou nacional.

Fazer com que as pessoas da cidade reconheçam a sua história e o seu patrimônio indígena é fundamental para o imaginário e memória social da cidade. Os cidadãos itaquenses precisam compreender que a sua história não se inicia na colonização espanhola ou portuguesa. Existe um passado com um contexto e características diferentes, a cultura indígena está presente no estado do Rio Grande do Sul e expressivamente em Itaqui, por isso é necessário evidenciá-la.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa sendo o método baseado em três pontos: Heurística, a Crítica e a Interpretação. É a partir da Heurística que estaremos não apenas buscando uma concepção metodológica sobre aquilo que deve ser sabido, mas sim o procedimento de busca e seleção das

bibliografias relacionadas ao objeto da pesquisa, e que sejam satisfatórias para a solução da problemática. Com a crítica faremos a o procedimento identificar nas bibliografias selecionadas as informações as mais seguras e testáveis sobre o que, quando e como ocorreu a história indígena de Itaqui e região. No processo de interpretação estaremos operacionalizando os dados empíricos desenvolvidos na experiência, relacionando os objetos (achados arqueológicos), analisando o que os autores escrevem sobre a temática, e o desenvolvimento das experiências de Educação Patrimonial.

Sendo assim, a pesquisa está organizada em quatro capítulos, o primeiro de cunho introdutório, informando os objetivos, os processos metodológicos e a necessidade da Educação Patrimonial para a identidade indígena no município de Itaqui.

O segundo capítulo consiste em analisar na historiografia como ocorreu a ocupação indígena no atual território do estado brasileiro Rio Grande do Sul, destacando-se os aspectos geográficos que contribuíram para a ocupação do território, e os sítios arqueológicos existentes, e em especial como ocorreu esse processo no território que atualmente delimita a cidade de Itaqui. Logo, será explanado sobre os povos originários Charrua, Minuano e Guarani que habitavam o território, no qual serão diagnosticadas as características físicas, sociais e culturais de ambos os grupos.

Neste capítulo também será analisado como aconteceu o processo de colonização e o contexto histórico de demarcação de território por parte das coroas portuguesa e espanhola na denominada antiga banda oriental, e como esse seguimento afetou os índios Charrua Minuano e Guarani.

No terceiro capítulo vamos abordar como o acervo arqueológico foi encontrado, e como ocorreu a sua catalogação e exposição na Câmara de Vereadores. Também será realizada uma análise bibliográfica sobre a Educação Patrimonial e o seu viés social. E por fim, será relatado o desenvolvimento e os resultados obtidos através das oficinas de Educação Patrimonial realizadas em duas escolas do município de Itaqui. No quarto capítulo foram feitas as considerações finais, as constatações e análise dos resultados obtidos com o desenvolvimento de toda a pesquisa.

2 A PRÉ-HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL E A OCUPAÇÃO INDÍGENA EM ITAQUI

No presente capítulo será realizada uma revisão bibliográfica sobre o contexto geral dos sítios arqueológicos referente à ocupação indígena no território do atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul, abordando assim, as características ambientais do território que impulsionaram a ocupação dos povos originários neste espaço, e quais povos habitaram as diferentes regiões do Rio Grande do Sul, e mais detalhadamente a ocupação indígena em torno do rio Uruguai no espaço que delimita atualmente o município de Itaqui.

2.1 A Ocupação Indígena Pré-Colonial no Rio Grande do Sul

Segundo Dias e Jacobus (2016) o povoamento indígena no Brasil pode ser estudado através dos sítios arqueológicos que se encontram nas regiões “centro-oeste, sudeste, nordeste e norte do país”, na região sul do país. Os autores destacam a existência de 19 sítios arqueológicos com cerca de 33 cronologias por que vão de 14.200 a 8.020 anos AP (antes do presente), sendo a maioria encontrada no Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme Dias e Jacobus (2016), as primeiras pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul foram desenvolvidas pelos arqueólogos Eurico Miller, Schmitz, Prous & Fogaça nas décadas de 70, 80 e 90. A área próxima ao Rio Uruguai, mais precisamente na região sudoeste, é a única região que possui uma cronologia “consistente associada a transição pleistoceno-holoceno, com datações entre 12.770 e 8.585 anos AP” (DIAS E JACOBUS, 2016, p. 2), de acordo com os autores, o arqueólogo Eurico Miller identificou durante as décadas de 1960-1970, 24 sítios arqueológicos com fases temporais e culturais distintas.

A ocupação indígena no Rio Grande do Sul, se desencadeou por diversos motivos, um dos os fatores para a permanência dessas ocupações provavelmente são as condições geográficas e climáticas do sudeste brasileiro. Como destaca Schmitz (2006):

Sem uma estação realmente seca, esta é ainda muita chuva e permite o desenvolvimento de uma densa vegetação de crescimento ininterrupto. As temperaturas medias são inferiores a 22°C; as medidas mínimas baixam até 10° C, no planalto; a amplitude térmica anual e diária é alta. (SCHMITZ, 2006, p. 13-14)

De acordo com Schmitz (2006), cerca de 10.000 anos AP a temperatura era um pouco mais densa e a vegetação bem mais herbácea e arbustiva. Segundo Schmitz (2006), na época existiam animais de porte bem maior do que existem atualmente, como preguiças terrestres e tatus imensos, denominados como megafauna. A combinação do clima, do solo e relevo transpuseram em uma vegetação singular do Rio Grande do Sul, tornando-o um território propício para a ocupação dos grupos indígenas. Outro fator geográfico que colaborou foi a hidrografia da fronteira, no qual o Rio Uruguai foi utilizado estrategicamente pelos povos originários.

Schmitz (2006) explica que entre 9.000 a.C “a glaciação mundial terminava e a temperatura ia-se elevando, mas não na mesma proporção, levando a um longo período ainda mais seco” (SCHMITZ, 2006, p. 14). Esse fenômeno provocou a escassez da vegetação e a extinção da megafauna. Aos 6.000 anos a.C a temperatura e a umidade aumentaram consideravelmente, entre 4.000 e 2.000 a.C chegando a níveis máximos, transformando novamente a paisagem, ocasionando o aumento das águas dos rios, e o crescimento das florestas nos campos e nos pinheirais.

Para se obter uma melhor compreensão de como surgiu a ocupação humana neste território Schmitz (2006) menciona que praticamente toda a América do Sul passou a ser habitada, devido aos fatores ambientais como o clima, a geografia que estavam sofrendo mudanças. Neste caso, o autor compreende que: “Essas populações migraram da Ásia, atravessando o estreito Behring, passando pela América do Norte e Central, chegando até aqui” (SCHMITZ, 2006, p. 13).

Durante esse período o homem tinha como habitação, os territórios denominados como nichos, que basicamente são confluências no Rio Uruguai, ou abrigos rochosos entre as bordas baixas do planalto. O autor caracteriza Nichos como locais “favoráveis para o homem seriam os numerosos abrigos rochosos do nordeste do Estado, onde teriam refúgio contra as chuvas e a disponibilidade dos bens nascidos nos campos” (SCHMITZ, 2006, p. 15).

O autor explica que na região de mata e pinheiral com pequenos vales na borda do planalto, cria-se um nicho para o desenvolvimento para semelhantes à Tradição Umbu¹, (caçadores-coletores, antecessores dos índios Charrua e Minuano), viviam em áreas abertas de campo e também nas matas ciliares da floresta subtropical. A região

¹ “A tradição Umbu é marcadamente caracterizada pela presença de pontas de projétil e de uma indústria lítica com lascas recompostas.” (BRASIL. Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, 2016)

com matas altas localizadas nas margens do Rio Uruguai, ofereceu condições para a Tradição Humaitá, e nas lagoas litorâneas, onde a fonte de alimentação são moluscos e peixes, nasce um nicho para a tradição de coletores e pescadores litorâneos, reconhecidos na literatura arqueológica como Sambaquis.

Após passado 2.000 anos muda-se a temperatura, ficando abaixo das médias atuais, o que ocasionou a formação de lagoas e banhados, essas áreas alagadiças proporcionaram fácil acesso a animais terrestres e aquáticos, formando um novo e último nicho para os grupos indígenas caçadores-coletores associados à Tradição Umu (SCHMITZ, 2006).

Segundo Schmitz (2006), já na época cristã a temperatura se igualava a atual, resultando na migração de outros grupos indígenas os “Tupi-Guarani” migrante da Amazônia que possuíam aspectos comportamentais diferentes, eram mais sedentários e utilizam novas tecnologias como a cerâmica. A tradição cerâmica de Taquara nos Pinheirais do Planalto, e a tradição Vieira nos campos de forma mais estável. (Schmitz, 2006)

Noelli (2000) afirma que os grupos indígenas Tupi e o Macro-Jê grupos ceramistas e agricultores apareceram em torno de 2.500 anos AP, habitaram o atual Estado do Rio Grande do Sul mais tardiamente e modificaram as populações que já estavam no local. Para Noelli (2000) esses grupos, possuíam uma rápida capacidade de reprodução biológica, e por esse fator, em cerca de 1.000 anos dominaram as áreas em torno das bacias hidrográficas, expulsando os povos nativos.

Ao delimitar o território, mais precisamente para a região fronteira oeste, área de estudo da presente pesquisa, Noelli (2000) destaca que toda a região já estava sendo habitada por volta de 4.700 AP. Como já mencionado a região do Rio Uruguai foi muito utilizada pelos povos indígenas. Os sítios arqueológicos escavados nas décadas 1960-1970 pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA foram classificados na Fase cultural de cronológica, denominada como “Paleoindígena Uruguai, associada às primeiras ocupações humanas que ingressaram no atual Estado do Rio Grande do Sul” (Vidal, 2013 p. 4).

Segundo Schmitz (2006) inúmeros acampamentos indígenas foram evidenciados ao longo das barrancas do rio Uruguai:

Os sítios encontram-se geralmente na confluência de arroios e sangas com o Uruguai e na frente de corredeiras, onde os alimentos e os seixos para produzir instrumentos, costumam ser abundantes. Os artefatos mais

característicos são pontas-de-projétil lascadas em pedra, ao lado de raspadores, facas e percutores. O carvão que serviu para datar numerosos sítios provem das fogueiras que eram acesas no meio do acampamento e que se encontram rodeadas de restos de lascamento e instrumentos abandonados (SCHMITZ, 2006, p. 16).

Dias e Jacobus (2016) ressaltam que a Fase Uruguai é destacada por 10 sítios, dentre eles seis obtêm uma cronologia concreta, tendo 12 datações entre 10.810 e 8.585 14C anos AP. Para os autores, os sítios localizados em Itaqui seriam uma continuidade das ocupações da Fase Uruguai, podendo ser visto na seguinte passagem:

Também, sugerimos que as seqüências de ocupação caçadora coletora da área, iniciadas neste período, apresentariam continuidade com a denominada fase Itaqui, associada à Tradição Umbu. Consideramos que futuros estudos nesta região devem testar esta hipótese, enfatizando aspectos da possível variabilidade tecnológica entre coleções líticas cronologicamente distintas, através de estudos comparativos que investiguem problemáticas relacionadas à mudança e continuidade cultural e às variações funcionais de sítios associados a sistemas de assentamento contemporâneos. (DIAS e JACOBUS, 2016, p. 5-6)

No atual território da cidade de Itaqui situada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul foram encontrados artefatos arqueológicos dos grupos, provavelmente associados às mencionadas Tradições arqueológicas: “UMBU” associada aos antecessores dos índios Charrua e Minuano que chegaram a ocupar a região até períodos históricos (caçadores-coletores) e a Tradição Tupi-Guarani, sedentária, horticultura e ceramista também reconhecida em períodos históricos e contemporâneos.

Os três grupos indígenas conviveram com os colonizadores europeus, como nos comprovam as narrativas jesuíticas. As populações indígenas caçadoras-coletoras e ceramistas, encontraram na região oeste, áreas propícias para a sua sobrevivência, como recursos materiais para a confecção de instrumentos, alimentação, frutos, caça, pesca e água, entre outros.

2.2 Os índios pampeanos: Os Charrua e Minuano

De acordo com Ítala Irene Becker (2006) uma das primeiras estudiosas sobre estas culturas indígenas, os grupos Charrua e Minuano pré-coloniais foram os construtores dos cerritos², eram caçadores, pescadores e coletores. Tratavam-se de

² “Os Cerritos são pequenas elevações do terreno, com forma aproximadamente circular, oval ou elíptica, compostos principalmente de terra, ou com grande quantidade de restos de alimentos humanos, que podem chegar até 100 m de diâmetro e 7 m de altura” (SCHMITZ, 2006, p.103)

grupos distintos física e socialmente. Para Garcia e Milder (2012) existiam divergências entre os dois grupos por territórios, e o Rio Uruguai se tornou responsável por uma espécie de fronteira natural entre eles.

Garcia e Milder (2012) especificam a localidade dos Charrua e Minuano, sendo os primeiros a oeste do rio Uruguai, e os segundos a leste, devido a esse contexto geográfico, os Charrua tiveram contato primeiro com os jesuítas, e os Minuano com os portugueses. Ambos durante o final do Séc. XVII.

As características físicas dos mesmos não eram muito diferentes, como mostra a seguinte passagem:

Eram de constituição física normal com algumas diferenças marcantes entre os grupos. Tinham os membros bem conformados, com pés e mãos relativamente pequenos. Dolicomorfos, de olhos amendoados, pretos e olhar penetrante; o nariz variava entre aquilino e levemente achatado. Eram de cor morena acentuada; cabelos lisos, pretos, não muito abundantes assim como a barba que era bastante rala. Os homens usavam o cabelo solto, ou preso ao redor da testa por uma tira de couro; as mulheres usavam-no em trança ou raramente solto (BECKER, 2006, p. 135).

As diferenças estão na altura, pois os Minuano eram alguns centímetros mais baixos que os Charrua, em relação às mulheres, as minuanas tinham os seios mais robustos, a boca e os olhos também maiores e nariz mais achatado que as charrua. (BECKER, 2006)

Em relação à vaidade, os dois grupos eram retraídos, e sem muita manifestação artística, também não tinham ciúmes de suas esposas, podendo inclusive haver poligamia, principalmente nos Charrua.

[...]eram também pouco ciumentos com relação às suas mulheres, que cediam com facilidade ao colonizador luso ou espanhol como forma passageira de negociação. Sua vaidade era expressa nas pinturas faciais diferenciadoras de tribo e nos homens, de modo especial, pelas cicatrizes intencionais estampadas no corpo numa correspondência ao número de inimigos mortos (BECKER, 2006, p. 138).

Para o Minuano a poligamia era mais frequente com os caciques, que podiam ter mais de uma e no máximo cinco esposas. Becker (2006) afirma que para os dois grupos as mulheres podiam casar assim que alcançassem a idade núbil, após o casamento as mulheres ficavam submissas aos seus maridos. Já os homens poderiam casar assim que tivessem uma certa maturidade. As mulheres Charrua tinham que passar por uma cerimônia, no qual eram levadas para um toldo específico sendo cobertas por agasalhos

durante o ritual (GARCIA; MILDER, 2012, p. 3. apud PORTO, 1936). Garcia e Milder (2012) ressaltam que o divórcio era muito comum com os Charrua e dificilmente acontecia com os Minuanos.

Segundo os autores, entre os Minuano a mulher tinha mais igualdade perante os homens, algumas podendo até realizar atividades medicinais e beber nas cerimônias xamânicas.

Para Becker (2006), o sistema de criação dos filhos dos Charrua era de certa forma frouxa, não havia rotina fixa, as crianças faziam o que tinham vontade. No grupo Minuano, os pais genéticos cuidavam da criança até o fim do período de lactância, depois era entregue sobre os cuidados de um parente.

As formas de moradia eram basicamente por abrigos que as mulheres construía nas aldeias, e ficaram conhecidos como “choça” (tolda). As aldeias eram organizadas e mantinham em boas relações, como salienta Becker (2006):

Cada aldeia tinha o seu pequeno cemitério também localizado sobre uma coxilha próxima à aldeia que se transferia de acordo com a mobilização imposta aos grupos. Nos conflitos quase permanentes com o colonizador as aldeias se concentravam em espaços menores e se movimentavam como um todo com os seus caciques, pois eram raríssimas as desavenças entre os chefes índios. (BECKER, 1982, p. 140)

Conforme Garcia e Milder (2012), os toldos dos Charrua eram construídos para abrigar aproximadamente dez pessoas, ou seja, uma família inteira, sem distinção de sexo ou idade, e quando não havia mais espaço era construído outro toldo ao lado.

Os Minuano construía seus toldos com a utilização do couro bovino (GARCIA; MILDER, 2012. apud PORTO, 1936), os Charrua passaram a utilizar o couro para adequar suas habitações como uso primordial a partir do Séc. XVII.

As suas organizações políticas inicialmente tinham base nos chefes de família, após, representantes do conselho da aldeia, que logo evoluíram para o cacicado. Os caciques tinham um importante papel de representação na aldeia perante a colonização, eram eles os responsáveis pelas negociações como o contrabando de gado e tratados de paz. Para se tornar um cacique o índio deveria ter pré-requisitos como audácia, valor moral e o consenso geral do grupo. (Becker, 2006)

Em relação à alimentação os grupos também se distinguem em seus hábitos, como destaca Garcia e Milder (2012) os Minuano se alimentavam individualmente e

quando julgassem necessário, já os Charrua se alimentavam coletivamente fora dos toldos.

Os autores chamam a atenção para a utilização de tatuagens de ambos os grupos, os Charrua principalmente, que utilizavam uma espécie de argila escura sobre a pele picoteada. Para os Minuanos essa prática não era muito comum, apenas eram feitas nas meninas recém-nascidas uma cruz de cor azul no meio do rosto (GARCIA; MILDER 2012. apud CESAR 1998).

Becker (2006) explica que esses povos desenvolveram táticas de guerrilha que foram muitos úteis para a sobrevivência, como a observação do inimigo, movimentação parcial de homens e cavalhadas, escolha do momento certo para o ataque, geralmente antes do amanhecer, e a fuga da família através da mata, onde o homem branco não conseguiria os encontrar.

De acordo com Viviane Vidal (2009) em sua dissertação de mestrado, dedicada a compreender as bolas de boleadeiras, uma das suas principais armas de caça, guerra e jogos dos Charrua e Minuano. No entanto, a autora destaca que atualmente, estes artefatos muito utilizados com o gado selvagem e nas disputas indígenas por território perderam sua funcionalidade técnica no trabalho com o gado domesticado. Porém, continuam como elementos simbólicos na indumentária do homem do campo que os remete a memória pampeana (VIDAL, 2009).

A cultura espiritual de ambos estava ligada ao curandeirismo, onde o xamã entrava em transe através do uso de ervas, tinham a crença na união da força do homem e da natureza e também “acreditavam igualmente num ser superior maléfico de onde lhes vinham todas as desgraças.” (BECKER, 2006, p. 142)

A morte era entendida como um fato natural da vida, e não existia a possibilidade de deixar os mortos sem sepultamento, seus enterros eram em covas rasas, cobertas com pedras ou ramos, seus pertences como boleadeiras eram enterradas juntamente com o dono e “a lança ficava plantada no lado oposto ao qual deixavam o cavalo” (BECKER, 2006, p. 143).

2.3 A Cultura Indígena Guarani e a sua Chegada ao atual Rio Grande do Sul

Schmitz (2006) afirma que os grupos indígenas Tupi-guarani eram horticultores ótimos ceramistas. Seus primeiros indícios de habitação foram encontrados na borda meridional da Amazônia, onde existiam florestas entrecortadas com vastos recursos

para caça e coleta, entre os rios Jiparaná e Araipuanã e da margem direita do rio Madeira.

Segundo Della Mea (et al, 2014), o idioma desses grupos era do tronco linguístico Guarani, porém com diferentes dialetos dependendo da região para onde migraram. O dialeto do Guarani da banda oriental e região do atual Estado do Rio Grande do Sul era, o do tronco mbyá.

Para Schmitz (2006), os motivos que levaram esse grupo indígena a se deslocar da Amazônia foi um mero crescimento demográfico na área, fazendo-os criarem mais colônias afastadas em outras matas, outra teoria contundente seria talvez a causa de seca, que durou décadas (está seca é inclusive datada por C14), que dificultaria a agricultura, modo de economia principal dos Guarani. Segundo o autor o Tupi-guarani migrou para as seguintes regiões:

Ao redor do tempo de Cristo começariam migrações maiores, principalmente dos ascendentes da família conhecida como Tupi-guarani, buscando outras matas, onde o seu sistema de colonização pudesse expandir. Nesse tempo deve ter-se fixado o primeiro grupo Tupi-guarani nas florestas subtropicais, que estão ao longo do Alto Paraná e do Alto Uruguai, em áreas que podem corresponder ao sul do Brasil, ao Paraguai e ao nordeste da Argentina. (SCHMITZ, 2006 p. 36)

O Guarani em decorrência da seca em seu território primário, que fragilizava a agricultura a base de sua alimentação, associa esses fatores, a crença mítica, a um impulso ancestral de buscar a migração para outra terra de abundância e sem males da fome, assim, o Guarani migrou em busca de uma terra abençoada e fértil. Segundo Clastres (1980) os Tupi-Guarani estavam em busca da “yvy mara ey”, a “Terra sem mal”, sendo guiados pelo xamã.

Os Tupi-Guarani, dos quais os Mbya são uma das últimas tribos, propõem a etnologia americanista o enigma de uma singularidade que, desde antes de Conquista, os votava a inquietação de procurar sem tréguas o além prometido pelos seus mitos, *yvy mara ey*, a Terra sem Mal. Dessa procura maior e certamente excepcional entre os Índios sul-americanos, conhecemos a consequência mais espetacular: as grandes migrações religiosas de que falam as relações dos primeiros cronistas. Sob o comando de xamanes inspirados, as tribos abalavam e, através de jejuns e danças, tentavam aceder as ricas habitações dos deuses[...] (CLASTRES, 1980, p. 156).

Segundo Schmitz (2006), os Tupi-guarani que chegaram no Rio Grande do Sul centralizados no noroeste do estado ao longo do Rio Uruguai. Em relação ao período da instalação dos grupos indígenas na região estima-se que seria no mesmo tempo do

nascimento de Cristo, ou pouco tempo depois, para o autor, o grupo Tupi-guarani chegou no Rio Grande do Sul muito tempo após os Charrua e Minuano que já estavam no local aproximadamente a 10.000 AC. (antes de cristo).

No primeiro momento as aldeias eram construídas longe do rio e perto da mata, após foram sendo conduzidas para as várzeas, pois as terras nesses locais eram mais férteis, e havia maior oportunidade de caça e pesca (SCHMITZ, 2006, p. 38-39).

De acordo com Moacyr Flores (1993), o Guarani também coletava a erva mate e frutos de plantas nativas, a pesca era feita com redes e lanças. Para a caça os índios iam em conjunto e utilizavam-se de armas como arcos, flechas, lança e tacape. O responsável por matar o animal repartia a carne com restante do grupo.

As aldeias guarani eram feitas em clareiras abertas na mata, e nas redondezas eram feitas roças para produzir cultivos. Para as plantações inicialmente utilizavam-se das queimadas para propiciar a fertilização, e depois da primeira chuva iniciavam a plantação. (SCHMITZ, 2006).

Os alimentos que os Guarani cultivavam eram “o milho, mandioca, feijão, abóbora, batata doce, amendoim, fumo e algodão” (FLORES, 1993 p. 4). O autor explica que os homens eram responsáveis pela preparação do solo e da *coivara*³, e as mulheres semeavam, plantavam e realizavam a colheita. Nas aldeias as choupanas eram feitas de maneira igualitária, ao redor de um espaço vago, propositalmente deixado para ser a “praça central” não havendo hierarquia econômica, social e política (SCHMITZ, 2006).

Segundo Schmitz (2006) os utensílios e objetos usados pelos Guarani eram as cerâmicas, utilizadas para buscar, guardar e servir a água, e também para a fabricação de bebidas fermentadas de milho e mandioca. Era também feito de cerâmica as urnas para enterrar seus mortos. As mesmas eram decoradas conforme seus padrões próprios de cultura:

[...]tinham a superfície externa coberta com impressões regulares da polpa do dedo, da borda da unha, da ponta de um estilete, ou eram lisas; um outro conjunto melhor trabalhado, era pintado, às vezes com um vermelho uniforme, mas geralmente com desenhos geométricos variados em vermelho ou preto sobre uma base branca (SCHMITZ, 2006, p. 41).

Já os artefatos de pedra não são frequentes nesse grupo, podem ser encontradas cunhas polidas ou lascadas, que eram usadas como lâminas de machados, também

³ Queimadas

foram encontradas em algumas áreas do Estado inúmeras lascas de calcedônia ou ágata com sinais de utilização para cortar materiais moles. “Nas aldeias antigas são bastante frequentes tembetás de quartzo polido, em forma de T, que os homens usariam numa perfuração do lábio inferior como símbolo de sua virilidade”. (SCHMITZ, 2006, p. 41)

O Guarani tinha seu lado artístico aflorado, segundo Flores (1993), os homens se adornavam mais que as mulheres, e a pintura corporal tinha um significado simbólico diferenciando-se em seus respectivos clãs, sexo, idade e função no grupo.

A mulher guarani era uma figura muito importante na aldeia, desempenhava funções quase em pé de igualdade entre os homens, fato esse muito mal visto pelos colonizadores. As mulheres Guarani diante das circunstâncias de luta e sobrevivência desenvolveram uma identidade e cultura simbólica de independência em relação ao homem, esse aspecto pode ser percebido com o momento do nascimento de seus filhos, em que, segundo Flores (1993), a mulher guarani deveria dar à luz sozinha, ela mesma cortava o cordão umbilical e após entregava o recém-nascido ao pai, que ao pegar a criança reconhecia-o como filho. O homem ao nascimento de seu filho se resguardava de comer carne durante 15 dias. Em relação a criação dos filhos o autor discorre:

O menino até os oito anos ficava junto com a mãe, depois ia para a casa dos homens, quando passava a aprender com o pai a pescar e a caçar. A menina permanecia junto à mãe até o matrimônio. Após a primeira menstruação tinha liberdade sexual, desde que seus parentes fossem indenizados. Não batiam, não gritavam e nem castigavam os filhos. Acreditavam que um banho frio pela manhã prolongava a vida (FLORES, 1993, p. 4).

Clastres (1980) destaca o ritual da antropofagia, onde o autor ressalta que esse ritual era feito apenas com os prisioneiros de guerra, onde “os Tupi-Guarani ou os Karib executavam e consumiam ritualmente seus cativos” (CLASTRES, 1980, p. 73).

2.4 Os Guarani, Os Charrua e Os Minuano perante a colonização: O Processo Histórico de Demarcação de Território.

No século XVI as coroas europeias iniciaram os primeiros contatos na banda oriental, o processo de disputa por território entre Espanha e Portugal tinha como por vezes obstáculo ou contribuição à presença dos índios que ali já viviam. Apresenta-se nesta pesquisa o processo de tentativas de demarcação de território. As primeiras relações com os que anteriormente donos das terras colonizadas, e como foi esse processo doloroso e violento para as etnias Guarani, Charrua e Minuano.

Como enfatiza Becker (1982), que elaborou uma pesquisa pontual sobre as fases da colonização, no século XVI aconteceu as primeiras tentativas de contato com os índios da região platina, denominada de “contato intermitente” pois eram esporádicos e pacíficos. Já nos séculos XVI e XVII, período de 1607 á 1797 foi marcado pela colonização, evangelização, violência e a introdução ao gado bovino. Neste período, foram estabelecidos centros povoados por espanhóis e portugueses, e é fundado o “corpo de Blandengues” uma polícia do interior que controla o território uruguaio.

O processo de colonização tem como um dos pontos principal a introdução do gado na região, como destacou Becker (1982) foram três lançamentos planejados no rio do Prata. Os dois primeiros pelo governador Hernandarias, em 1607, devido as ótimas condições da paisagem para o desenvolvimento do gado. O segundo lançamento em 1617, transportado em balsas do Paraguay. Já o terceiro lançamento foi realizado pelos missionários jesuítas com a intenção de povoar as zonas missionárias (BECKER, 1982, p. 12).

O gado foi estrategicamente introduzido na região da banda oriental não somente como uma forma alimentação ou de movimentar a economia e sim, como, um mecanismo que facilitava a colonização da área pela coroa espanhola. Considerando ainda que, juntamente junto com as manadas de gado eram fixados postos com representantes responsáveis, logo assegurava-se o território:

Quem povoará os campos serão os “faeneros” e “changadores”; os “faeneros” são autorizados pelo Cabildo de Buenos Aires para realizar as suas extrações; os “changadores” são os elementos que realizam as extrações sem autorização e se aliam, muitas vezes, segundo as oportunidades, aos Tape missioneiros e aos Minuanos para contrabandear gado com os portugueses, ingleses e franceses. (BECKER, 1982, p. 13)

Segundo Becker (1982), a disputa por território entre a Espanha e Portugal se sucedeu pela rivalidade entre missionários que tinham como objetivo principal a catequização dos índios, e os bandeirantes luso-brasileiros de São Paulo que atacavam as reduções em busca de mão de obra indígena. Na região atualmente reconhecida como território dos 7 Povos das Missões, os espanhóis já haviam tentado conquistar o território do lado direito do Rio Uruguai. Segundo Schmitz (2006), em torno de onde atualmente é a capital do Rio Grande do Sul a de Porto Alegre, os jesuítas já estavam catequizando os índios com as suas reduções. Os bandeirantes atacaram essas reduções, obrigando os missionários a serem arrastados para as proximidades da fronteira oeste do

Rio Uruguai, formando as primeiras Missões Jesuíticas no que hoje é delimitado solo do estado do Rio Grande do Sul⁴. Novamente os missionários sofreram seguidos ataques dos bandeirantes paulistas, e em 1636 os índios das reduções são levados para o lado direito do Rio Uruguai para obterem maior defesa dos ataques paulistas. (SCHMITZ, 2006)

Os ataques as Missões foram encerrar em 1640 quando segundo Schmitz (2006) “se organiza a maior de todas as “bandeiras”, sob chefia de Jeronimo de Barros, contando com mais de 400 homens sob ordens da coroa portuguesa, muitos mulatos e negros e mais de 2.500 Tupis flecheiros” (SCHMITZ, 2006, p. 50). Apesar de esse ter sido o maior ataque dos bandeirantes, a vitória foi missioneira, os índios das reduções estavam mais concentrados e bem armados, como destaca Paniágua (2013), “Os Guarani-missioneiros conseguiram deter essas investidas somente em 1641, quando derrotam os paulistas em Mbororé” (PANIÁGUA, 2013, p. 35).

Em 1682 os jesuítas e os índios reduzidos retornam para a margem direita do Uruguai, sendo fundado os 7 Povos das Missões⁵, no território que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul.

O gado que já havia sido introduzido anteriormente em 1634 pelos jesuítas começa a aumentar requerendo um maior cuidado por parte dos missionários e dos povoados missioneiros. Segundo Porto (1954) os jesuítas inicialmente estabeleceram pequenos currais perto das aldeias, sendo resguardados por vaqueiros, no entanto os rebanhos eram atacados por tigres, que invadiam até as aldeias atacando os índios.

Com o aumento do gado surgiu também a necessidade de locais de pastagens e aguadas mais acessíveis “levam os vaqueiros a estender os limites dos campos de criação a rincões mais afastados dos Povos” (PORTO, 1936, p. 319). Assim surgiram as estâncias de gado das reduções jesuítas, suas delimitações eram traçadas por acidentes geográficos que não deixavam o gado se dispersar.

⁴ Becker delimita o território entre os rios Ijuí- Piratini, o Ibicuí e o Jacuí. “Ijuí-Piratini compreende reduções de: São Nicolau do Piratini 1626, Candelária do Piratini 1628, Assunção do Ijuí 1628, Caaró 1628, Apóstolos 1631, São Carlos 1631. Na área do Rio Ibicuí temos reduções de: Candelária do Ibicuí 1627, São Tomé 1632, São Jose 1632, São Miguel 1632, São Corme e Damiao 1632. Na área do Jacuí se localizam: Natividade 1632, Santa Ana 1632, Jesus Maria 1632, São Cristóvão 1634, São Joaquin 1634, Santa Tereza dos Pinhais 1634”. (BECKER, 1982 p.16)

⁵ São Francisco de Borja – São Borja 1682, São Nicolau 1687, São Luiz Gonzaga 1687, São Miguel Arcanjo 1687, São Lourenço Mártir 1690, São João Batista 1687, Santo Ângelo Custódio 1706, que vem a constituir os chamados Sete Povos das Missões orientais, onde a ação missionária se desenvolve com características próprias até a expulsão definitiva dos jesuítas, em 1767, decaindo depois (BECKER, 1982, p. 17).

O espaço geográfico que atualmente delimita o município de Itaqui se tornou a estância de gado da redução jesuítica de “La Cruz da Argentina”, região estrategicamente escolhida entre os rios Ibicuí e Butuí, que era propícia para a contenção do gado e a terra era de fácil plantio. “A estância do Itaqui, como todas as outras, recebeu grande quantidade de cabeças de gado das Vacarias do Mar, e é a última concedida no vale do Uruguai” (PORTO, 1954. p. 325).

Segundo Becker (1982) e Porto (1954), as estâncias jesuíticas das *Reduções de Yapeju, La Cruz, São Borja e Concepción* tiveram um aspecto importante devido à localização das mesmas que era mais para o sul, estabeleceu-se nesta área uma relação de contrabando de gado com os Charrua e Minuano. Constantemente esses índios roubavam o gado dessas estâncias para comercializar com os portugueses ou até mesmo para o próprio consumo. Como as reduções estavam estabilizadas economicamente, e o comércio do Rio da Prata era favorável com a exportação de carne e couro, os luso-brasileiros não desistiram de tentar se fixar na região, logo, surge a Colônia do Santíssimo Sacramento, como em 1680. “pois era imperativo marcar presença naquela área, em razão da sua importância comercial e estratégica na margem setentrional do estuário do rio da prata” (COLVERO 2011, p. 153).

Segundo Colvero (2011), a fundação da Colônia do Sacramento, deu início a um extenso conflito político, militar, econômico, cultural e religioso naquela região. As coroas europeias estavam decididas a lutar pela liderança política e econômica no território do Prata. A reação dos espanhóis foi negativa, pois acreditavam que aquele território pertencia à coroa espanhola, a resposta veio com um ataque a Colônia em 1680.

Com a tentativa de acalmar a disputa territorial das duas coroas, foi elaborado o Tratado de Madri em 1750, que basicamente entregava a Colônia do Sacramento para os espanhóis e os Sete Povos das Missões para os portugueses. Os índios guarani-missioneiros se recusam sair dos Sete Povos, ocasionando a Guerra Guaranítica e com isso a realização de mais um tratado, o Tratado del Pardo devolvendo os respectivos territórios aos jesuítas em 1763 (BECKER, 1982).

A resistência dos jesuítas juntamente com os índios reduzidos não fraquejou perante a insistência histórica dos luso-brasileiros pelo domínio da região do Prata. Após a instalação do Tratado del Pardo, os espanhóis atacaram a Ilha de Santa Catarina gerando a desistência dos portugueses da Colônia do Sacramento, como destaca Serres:

Em 1777 aconteceu a terceira ofensiva castelhana, tomando a Ilha de Santa Catarina, o que veio a garantir novamente a posse da Colônia do Sacramento para os espanhóis, já que aquele ataque levaria à assinatura de um novo tratado naquele mesmo ano: o de Santo Ildefonso. Este tratado visava a troca da região das Missões jesuíticoguaranis e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal. (SERRES, 2012, p. 161)

Perante o ataque a Ilha de Santa Catarina, a coroa portuguesa inicia uma nova estratégia para defender suas terras, que segundo Colvero (2011) foi com a doação de sesmarias pelas regiões oeste de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, além da militarização fortemente presente.

Em decorrência de todo esse processo de disputa territorial, os jesuítas perderam o equilíbrio das reduções dos Sete Povos ocasionando no domínio total dessas reduções pela coroa portuguesa em 1802 (BECKER, 1982).

Com o fim das missões em solo brasileiro a estratégia para fixar definitivamente a posse da coroa portuguesa, foi à mesma utilizada para defender a região de Santa Catarina anteriormente, doação de sesmarias e a militarização a partir de 1813 a 1822. Como aponta Colvero (2011) isto contribuiu para que os componentes das tropas tivessem uma grande vantagem, pois além de proteger a fronteira também a povoaram, se beneficiando das terras férteis e prósperas que antes era posse dos índios.

2.5 Redução e Catequização dos Índios Guarani e o Processo de Aculturação dos Índios Charrua, Minuano até o esmagador extermínio.

Schmitz (2006) deixa claro que o Guarani não teve escolha em relação à civilização, a mesma foi imposta de maneira determinada. Aqueles que ficaram com as forças portuguesas foram utilizados como mão-de-obra nas plantações, e os que foram atingidos pela frente missionária espanhola não sofreram tanto impacto exploratório, pois puderam permanecer em seu território, sendo transformados em súditos da coroa espanhola, aprendendo a cultura católica espanhola.

Contudo, por mais que a civilização fosse rejeitada pelos Guaranis, segundo Colvero (2011), as reduções e a colonização dos padres jesuítas construíram um sistema que para os índios era menos agressivo quanto a escravização portuguesa. O ideal dos padres nas missões era libertar a alma dos índios através da catequização, essa premissa das reduções significava para os índios a alternativa de não serem escravizados. Para Arno Kern (1998) o processo de transculturação dos Guarani foi gradual, ocorrendo

transformações socioculturais de forma mutua entre os jesuítas e essa etnia, tanto espontaneamente quanto de maneira imposta.

Os padres enviados para essa missão eram muito bem instruídos, tinham um notório conhecimento da religião católica e se dedicavam extensivamente em construir uma relação com os índios. Pode-se perceber essa premissa analisando o interesse dos padres em aprender o idioma dos índios, como destaca Porto (1954):

Condição essencial para a catequese do gentio era o conhecimento da língua indígena. E todos faziam inicialmente um aprendizado, chegando alguns, europeus, mesmo, a tal perfeição no conhecimento do guarani, que no idioma nativo dos índios pregavam largos sermões, impecáveis no fundo e na forma. Destinados a outro campo de acção evangelizadora, entre guaicurús, calchaquis, ibirajaras e outras muitas nações, estudavam também essas línguas, que se lhes tornavam familiares. E não as guardavam para si somente porquanto nos deixaram escritos trabalhos notáveis, vocabulários preciosos, práticas religiosas e orações que traduziam. (PORTO, 1954 p. 204)

O preparo dos padres foi fundamental para o trabalho de civilização dos índios, os idiomas extremamente diferenciados formavam uma barreira para o primeiro contato, logo se essa barreira se rompe, os outros segmentos ficam mais acessíveis, como a introdução da religiosidade, como a passagem acima destaca, a aprendizagem das orações e das práticas religiosas da fé cristã.

No sistema econômico e alimentício muda-se radicalmente os hábitos, para a cultura guarani que antes prevalecia o método de reciprocidade, plantavam para o consumo próprio em quantidade suficiente para todos. Nas reduções, a reciprocidade ainda permanece, mas com grandes alterações.

O método de plantação foi modificado e organizado pelos jesuítas, com a inserção da sistematização das plantações, para que os índios não precisassem sair em busca de caça e pesca, o que poderia ocasionar a volta do nomadismo, evitando assim, a dispersão dos Guaranis. “Melhoram assim as condições de vida de seus catecúmenos, impondo-lhes costumes novos que modificarão essencialmente as suas tendências nativas” (PORTO, 1954, p. 230).

De acordo com Kern (1982) dentro das reduções permaneceu o modelo de agricultura comunitário, mas também foi estabelecido o modelo de produção privada, onde cada indígena tinha uma pequena plantação que controlava de maneira individual:

Como representantes de uma sociedade global espanhola, cuja a economia era mercantilista, e em cuja esfera jurídica a propriedade privada desempenha um papel importante, os jesuítas implantaram nas Missões o Abambaé, ou

seja a propriedade (mbaé) particular de cada indígena (ába). Mas, de uma maneira muito mais espontânea, pois organizou-se do comunitarismo jesuítico e tribal dos Guaranis, instalou-se também o tupambaé, ou seja a propriedade (mbaé) de Deus (Tupã) e portanto da coletividade (KERN, 1980, p. 72).

Percebe-se nessas alterações a inserção da subordinação dos índios perante a coroa espanhola, e a inserção da comercialização das suas produções, necessidade que antes não tinha significado para essa etnia.

O Guarani também mudou o seu dom artístico e contribuiu para a formação de um dos elementos principais do patrimônio histórico e cultural das reduções, as estatuárias missioneiras. O Guarani já expressava sua arte com as cerâmicas, após as reduções jesuítas, aprenderam com os padres a criar uma obra que segundo Luiz Custodio ficou conhecida como barroco missioneiro. “As igrejas eram profusamente decoradas com esculturas de madeira policromada e telas pintadas a óleo. No exterior, relevos em pedra arenito geralmente representavam motivos religiosos ou elementos da flora e fauna nativas” (CUSTODIO, 2015, p. 8).

O autor também destaca o florescimento artístico guarani com a música, onde foram atribuídos instrumentos europeus e americanos, e os corais das igrejas que tinham o acompanhamento de instrumentos de corda, as canções inicialmente tinham origem espanhola e mais tarde italiana.

Com o passar do tempo a religião cristã foi assoberbando a espiritualidade do guarani, o pajé que tinha uma importante figura na aldeia foi-se diminuindo perante a grandeza da representatividade das arquiteturas das igrejas das reduções:

A extinção dos pajés, que utilizavam a *palavra inspirada* como suporte às narrações míticas, à eloquência política e aos cantos, esvaziou parcialmente o significado da língua ancestral. Eles foram substituídos pelos novos representantes na relação cultural com a espiritualidade, os sacerdotes. A nova religião, católica, utilizava outras formas de discurso, se servia das orações, dos catecismos e das pregações. Usava como cenário o urbanismo, a arquitetura e as artes (CUSTODIO, 2015 p. 8).

Segundo Elisa Garcia (2011) na fase de decadência das missões que iniciou a partir de 1750, devido a execução do Tratado de Madri os índios reduzidos passaram por muitas dificuldades, visto que, os Sete Povos localizados a direita do Rio Uruguai entraram em decadência, e a partir de 1801 com a firmação da conquista territorial, esses Sete Povos passaram a ser administrados pela coroa portuguesa. Dessa forma, para Garcia (2011) os luso-brasileiros prevaleceram seus interesses próprios, fazendo

com que pouco a pouco os índios perdessem seus benefícios. A primeira mudança adotada pelos luso-brasileiros foi a troca dos cabildos que eram contra os portugueses, por outros que eram a favor dos mesmos na liderança do território.

De acordo com os relatos de Saint-Hilaire, nas reduções os índios eram bem vestidos e nutridos, caçavam animais selvagens e deixavam na engorda em suas terras, além de se alimentarem com os animais das estâncias. No entanto, com a vinda dos portugueses os índios foram obrigados a interromper as caças, pois elas aconteciam em solo espanhol. Também pararam de se alimentar com os animais das estâncias, pois:

[..] os portugueses delas lhes tiraram uma parte para povoar suas habitações; os administradores, por seu lado, delas vendiam animais em seu proveito e, ao fim de pouco tempo, as povoações já tinham perdido essa rica fonte de recursos (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 433).

Aos poucos os indígenas abandonaram aquelas terras, de acordo com Kern (2011), muitos foram transformados em tropas auxiliares dos exércitos dos caudilhos, alguns retornaram para os costumes de seus ancestrais, e outros migraram para as cidades espanholas.

O processo de colonização com os Charrua e Minuano ocorreu de maneira diferente, esses grupos não se renderam a cultura do homem branco, mas adquiriam alguns costumes que ocasionou em uma transculturação. A partir do séc. XVI foram estabelecidas as primeiras relações com os colonizadores, através do gado equino e bovino. A partir do sec. XVII os jesuítas e os portugueses já buscavam colonizar a antiga banda oriental do Uruguai, como mostra a seguinte passagem:

Diante desse quadro os Charrua e Minuano continuaram caçadores enquanto o colonizador não consegue, por si, ocupar e incorporar o território indígena. Aos poucos, nos séculos XVII e XVIII, o colonizador vai se fixando de forma lenta e cada vez mais para o interior do território índio. Primeiro se fixa no lado espanhol, ao lado do Rio Uruguai, em área dos Charrua; depois, no lado português, ao longo do litoral atlântico, em área dos Minuano (BECKER, 2006, p. 136)

Os índios Charrua e Minuano eram constantemente solicitados pelos colonizadores para cuidar do gado no campo, tais negociações eram realizadas pelos caciques, essa relação permitiu certo grau de respeito entre as duas culturas.

Com o passar do tempo, e o avanço da colonização, devido a esses contatos com os colonizadores os Charrua e Minuano intensificam o costume da caça através do gado, com a finalidade de manter relações de troca por objetos de satisfação pessoal, e para o

próprio consumo, essa que se tornou a fonte mais requerida de alimentação (BECKER, 2006).

Conforme a autora, a dependência desses índios perante os novos hábitos ocasionava seguidos roubos de gado das estâncias jesuíticas para serem comercializados com os portugueses. Como destaca Serres (2012) “Grupos indígenas, como os Charruas e Minuanos, faziam muitas irrupções nas estâncias missioneiras, o que gerava conflitos contínuos” (SERRES, 2012, p. 14 apud. PORTO, 1954).

No final do Séc. XVIII os espanhóis e portugueses já ocupavam todo o território indígena, Charrua, Minuano e Guarani, no atual Estado do Rio Grande do Sul e república oriental do Uruguai. As estâncias espanholas e portuguesas começam a se estabelecerem e a sua produção de gado, o couro, a carne e sebos estavam destinados tanto ao consumo interno como para a exportação. Diante da nova ordem capitalista, a opção da população indígena era ser mão-de-obra nas estâncias, trabalho sazonal, roubar, contrabandear. Para os indígenas eram oferecidos empregos como no comércio clandestino de couros, destinados para conflitos ou lutas por independência, ou em poucas opções se tornar peões de estâncias. Entretanto como a autora ressalta:

Essa alternativa de emprego é passageira porque fixada a independência política e não sendo mais necessário o trabalho do índio, os Charrua e Minuano passam a ser perseguidos insistentemente pelas forças governamentais para as quais trabalharam, lutaram e sacrificaram muitas vidas (BECKER, 2006, p. 138).

Por fim, Becker (2006) explica que o combate de extermínio de 1831 e 1832 os dois grupos foram praticamente destruídos em campo nas batalhas Salsipuedes e Mataojos, os homens que restaram vivos foram levados e sacrificados em Montevideo, às mulheres crianças e idosos foram levados para a capital distribuídos para a sociedade branca conforme suas exigências.

Vidal (2009 apud. ACOSTA e LARA, 1961) o extermínio aconteceu no período pátrio II (1830-1834) sob comando do General Rivera que atuava também como presidente do Uruguai, as causas são em suma a resistência principalmente dos Charrua que resistiam em se moldar na cultura europeia, e também aos importunos saques as estâncias. Segundo a autora, as batalhas de Salsipuedes e Mataojos foram emboscadas para exterminar de vez com o grupo Charrua, Rivera estabeleceu uma falsa aliança com os indígenas para lutar em uma suposta guerra contra o Brasil, sendo assim os Charrua se deslocaram para Salsipuedes

Com o massacre de Salsipuedes, o General Rivera deu por vitorioso os objetivos da sua campanha, permitindo que as tropas do exército uruguaio que haviam participado do combate se reintegrassem aos seus postos. Algumas unidades foram licenciadas e outra, a mando do coronel Bernabé Rivera, saíram em busca do restante dos Charrua que haviam escapado do massacre. Em 27 de junho de 1832, o coronel Bernabé permitiu um choque armado aos Charrua, na barra de Mataojo com o Arepay, em que os Charrua, apesar da sua eficiência guerreira, tiveram quinze mortos e oitenta e dois prisioneiros, enquanto nas forças do governo uruguaio não foi registrada nenhuma baixa. (VIDAL, 2009, p. 79)

Pode-se dizer que pouco restou da rica cultura dos povos originários, com a transculturação e o extermínio na fronteira oeste, atualmente restaram os vestígios da história dos povos Charrua, Minuano e Guarani, como os sítios arqueológicos e os artefatos indígenas encontrados na região. Neste sentido cabe evidenciar a seguinte passagem de Kern (1998) “os impactos resultantes dos confrontos interétnicos provocaram igualmente o lento e irreversível etnicídio de culturas aqui estabelecidas há milênios” (KERN, 1998 p. 18).

3 OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS INDÍGENAS EM ITAQUI E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO TEMA TRANSVERSAL NAS ESCOLAS

Este capítulo tem como principal objetivo abordar o relato das experiências desenvolvidas nas práticas de Educação Patrimonial nas escolas do município de Itaquí. Primeiramente será diagnosticado o acervo do patrimônio material arqueológico dos povos indígenas que habitaram o atual município de Itaquí, posteriormente será explanado através da análise bibliográfica a importância cultural e social da Educação Patrimonial. e por fim, serão relatadas as experiências vivenciadas durante as oficinas de Educação Patrimonial nas escolas.

3.1 Patrimônio Material dos povos originários de Itaquí

Segundo Colvero e Silva (2010) os vestígios arqueológicos que permaneceram no território que delimita a cidade de Itaquí, foram inicialmente encontrados pelo pescador Pércio Fogaça Bonorino, eventualmente o cidadão coletava o material que encontrava na beira do rio, após colecionar um numeroso acervo de artefatos arqueológicos o pescador doou o acervo para o poder legislativo do município.

Os responsáveis pela devida catalogação do acervo foram Ronaldo Bernadino Colvero e Jeremyas Machado Silva. Segundo Colvero e Silva (2010), durante o processo de catalogação “primeiramente foi lavado, classificado e organizadamente colocado em mesas para a realização do trabalho” (COLVERO; SILVA, 2010, p. 2).

Depois das peças já numeradas, foi elaborado um registro contendo todas as informações obtidas pela análise do acervo. No total, foram classificados e armazenados no Palácio Rincão da Cruz:

51 fragmentos de cerâmica da tradição guarani, 154 pontas de projétil ou lança, 180 pré-formas, 41 peças utilizadas como facas ou lâminas, 62 raspadores, 03 blocos, 61 núcleos, 21 talhadores, 08 batedores, 16 bases para pilão, 07 percutores, 126 boleadeiras, 14 lenticulares, 43 maniclas, 07 lascas e 01 micro-lasca, totalizando 795 peças (COLVERO; SILVA, 2010, p. 2).

Conforme os autores, segundo o depoimento do pescador que encontrou os artefatos, os mesmos estavam em locais como áreas de plantações de lavoura, em várzeas e campos no interior do município “seriam estes: São João, Paloma, Cruzinha, Panelão e Capão da Mulata” (COLVERO; SILVA, 2010, p. 1). Locais esses que são

característicos do pampa, próximos de rios e que eram estrategicamente escolhidos pelos índios.



Figura 1: Parte do material arqueológico na mesa de análise. Itaqui / RS. Fonte: COLVERO; SILVA, 2010, p. 17.⁶

Atualmente os artefatos se encontram em exposição em uma redoma de vidro no auditório da Câmara de Vereadores Palácio Rincão da Cruz, e está à disposição para visitas:



Figura 2: Exposição dos artefatos arqueológicos na Câmara de Vereadores de Itaqui. Foto: Taciane Moro

No entanto, cabe aqui salientar que há a necessidade de divulgação da existência desse acervo, pois a população itaquense em sua maioria não tem conhecimento sobre a

⁶ Da esquerda para a direita: Funcionário da Câmara Municipal de Itaqui Cláudio Marengo, Doador do material, o pescador Pércio Fogaça Bonorino, Presidente da Câmara municipal de Itaqui Ver. Éber Escobar e Arqueólogo e Historiador Jeremyas Machado Silva. Fonte: Relatório do Acervo Arqueológico de Itaqui – RS.

exposição e por consequência não existem atividades, sejam sociais, midiáticas ou educacionais, em torno desse patrimônio. Esse fator torna a Educação Patrimonial ainda mais importante para a sociedade do município de Itaquí

3.2 A Educação Patrimonial e seu viés cultural

Os registros históricos passaram a ter sentido memorial para a sociedade e são imortalizados por seus fragmentos, e esses, se tornam patrimônios históricos e culturais. Atualmente identificados e valorizados pela ajuda de diversas intervenções políticas/educacionais, dentre essas, em especial abordada no neste trabalho a Educação Patrimonial.

No Brasil a Educação Patrimonial vem sendo incentivada através do órgão institucional IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) criado na década de 1930, é responsável pela segurança e preservação de patrimônios no país e vem elaborando documentos informativos e pedagógicos sobre a temática desde 1999.

Segundo Sonia Regina Rampim Florêncio (2015), o termo Educação Patrimonial surgiu no Brasil na década de 1980, tendo como referência pesquisas na Inglaterra sobre trabalhos educacionais que utilizaram como fonte de estudo museus e monumentos históricos.

No ano de 2012 o IPHAN em parceria com o MEC trouxe a possibilidade de evidenciar a Educação Patrimonial através do Programa Mais Educação⁷ disponibilizando materiais informativos e acessórios de trabalho para escolas que optassem em trabalhar com a E.P. segundo a matéria do site do IPHAN publicada em 2012 o objetivo do projeto “é que os estudantes realizem inventários dos patrimônios locais nos territórios nos quais as escolas estão inseridas”.⁸

De acordo com a cartilha do IPHAN para o Programa Mais Educação, a Educação Patrimonial é responsável por interligar o patrimônio histórico com a sua

⁷ “O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica”. (BRASIL. Ministério da educação, 2015. disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>>).

⁸ Para ver notícia completa acessar <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/867/mec-e-iphan-disponibilizam-publicacao-voltada-para-educacao-patrimonial-nas-escolas-brasileiras>>

região e seus habitantes, é a partir dessa ação que é possível “ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade cultural, memória”. (IPHAN, 2012, p. 4)

Para Maria de Lurdes Horta (et al. 1999), a Educação Patrimonial é um trabalho permanente que torna o Patrimônio Cultural a fonte primária do conhecimento, além de contribuir intrinsecamente para o imaginário individual e coletivo. A autora ressalta que o conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades sobre a sua história e o seu patrimônio são indispensáveis para assegurar o processo de preservação. A Educação Patrimonial é também responsável pelo fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

[...]A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural[...] (HORTA, 1999, p. 4 *grifo da autora*)

Para Florêncio (2015) a preservação dos bens culturais deve ser compreendida como uma prática social, e a Educação Patrimonial precisa ter esse preceito, pois vai interferir de maneira intrínseca na forma como a sociedade percebe a sua cultura.

Vidal (2010) ao expor algumas práticas de Educação Patrimonial na área da arqueologia, destaca que a E.P. vem a ser o instrumento principal para a “alfabetização cultural” da sociedade. Sendo assim, a E.P. proporciona a ligação da memória e identidade dos cidadãos com o patrimônio (material e imaterial) da sua localidade. “Neste caso, os artefatos tornam-se símbolos da identidade local, assim como os remete a uma memória interiorizada, vivida, presenciada, em alguns casos uma memória construída, tratando-se de sítios pré- coloniais” (VIDAL, 2010, p. 26-27).

Segundo Zanon (et al. 2009) a Educação Patrimonial possui caráter transformador, uma vez que abarca o conceito de território, da localidade como um espaço do plural, estabelecendo ou reafirmando as relações de cultura e identidade. A prática da E.P. nas escolas pode e deve ser uma ferramenta de ensino que possibilite o contato dos cidadãos com a história e cultura indígena presente na sua região. Neste sentido, a E.P. é libertadora, pois permite a coexistência da diversidade histórica e favorece o entendimento do patrimônio de diversas formas (ZANON, et al. 2009).

No entanto, Allana Pessanha Moraes (2016) ressalta que a Educação Patrimonial ainda está distante do cotidiano escolar, devido principalmente à carga horária das

disciplinas, pois, os currículos escolares são sobrecarregados com as componentes curriculares já compostas pela grade curricular estabelecidas pelas normas oficiais, e essas componentes como já sabemos dependem de uma limitação de tempo em sala de aula.

Logo, a transversalidade surge como a opção mais viável para possibilitar a introdução de temas que não conseguimos abordar durante o período de aula já programado. Para Moraes (2016), a transversalidade é um meio a ser iniciado a inserção de temas ou questões que não são devidamente discutidos em sala de aula. As temáticas que podem ser promovidas devem fazer parte da realidade do aluno, proporcionando a formação de conceitos e significados sobre questões da cultura e história local.

Fica claro a importância da Educação Patrimonial para a história local, pois, Saballa (2007) também destaca essa premissa no sentido que a Educação Patrimonial proporciona o firmamento dos laços culturais “com apropriação e valorização de heranças” (SABALLA, 2007, p. 23).

Segundo Zanon (2009), a Educação Patrimonial também possui caráter político, na medida em que promove a história local, ela incentiva as pessoas a conhecerem e se reconhecerem como atuantes importantes da própria história e cultura “deixando de ser expectador, como proposta no tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos” (Zanon et al. 2009, p. 52).

A Educação Patrimonial valoriza o que está próximo, ou seja, a cultura e história local, trabalhar com esse lócus é fundamental para a população que não se encaixa nas características culturais e fisionômicas eurocentristas. É preciso evidenciar a história e o patrimônio daqueles que não são apenas resultado da cultura colonizadora, pois possuem uma parcela significativa da história no nosso país, e também comportam traços étnicos e culturais ignorados durante muito tempo.

Neste sentido, entende-se que trabalhar com a história e cultura local é uma prática que contribui para o desenvolvimento político e social dos alunos, esses que futuramente terão participação política e cidadã dentro da cidade em que está inserido, além de poder compreender de forma comparativa o contexto externo de outros locais, acendendo o senso crítico perante a outras realidades. Tendo essa perspectiva em vista, nos atentamos para os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental que destacam:

A opção por estudos que relacionam as problemáticas locais com outras localidades explica-se pelo fato de que, nos estudos históricos é fundamental localizar o maior número possível de relações entre os acontecimentos e os sujeitos históricos, estabelecidas, também, além de seu próprio tempo e espaço, em busca de explicações abrangentes, que dêem conta de expor as complexidades das vivências históricas humanas. (PCN, 1997, p. 46-47)

Tratando-se da região fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul no qual tem um contexto histórico singular, que podemos dizer pouco explorado pela educação básica. Como já exposto anteriormente, a região foi inicialmente ocupada por grupos indígenas e após foi palco de disputa por território das coroas espanhola e portuguesa. A cidade de Itaqui possui uma história e etnia indígena que precisa ser objeto de estudo da Educação Patrimonial, para que assim, os descendentes das etnias Charrua, Minuano e Guarani possam se reconhecer e conhecer a história de seus antepassados. Logo, torna-se evidente a relevância social da Educação Patrimonial, uma vez que, é proporcionado com ela o conhecimento e a prática viva das etnias que por muito tempo foram sonegadas.

Cabe ressaltar que trabalhar com essa temática é extremamente necessário em um país que inicialmente foi habitado somente por povos indígenas e possui uma grande descendência dessa etnia em sua sociedade. Segundo o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da educação de nº 11.654, torna-se obrigatório em escolas públicas e privadas o estudo em torno da história e cultura de povos afro-brasileira e indígena. Ainda, a legislação rege que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL. Lei Nº 11.645, 2008, Art26 parágrafo 1).

A Educação Patrimonial é um instrumento significativo para o exercício de uma prática educacional ativa e reflexiva, pois uma parcela da população do município de Itaqui possui traços da descendência indígena e o auto reconhecimento, pode contribuir para o desvelamento dessa identidade indígena.

3.3 As oficinas de Educação Patrimonial como tema transversal

As oficinas de Educação Patrimonial foram realizadas em duas escolas do município de Itaquí, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Otávio Silveira, em uma turma de 9º ano, e no Colégio Estadual São Patrício em uma turma de 2º ano do Ensino Médio. Foram realizadas três oficinas em cada escola. As oficinas foram desenvolvidas juntamente através do projeto de extensão “Admirável Mundo Novo: Quebrando Paradigmas na Educação”, aplicadas durante o mês de outubro de 2017.

Na primeira oficina foi realizada uma roda de conversa e explicação do tema com o auxílio de slides. A segunda oficina foi uma visita a Câmara de Vereadores do município, lugar onde se encontra patrimônio arqueológico exposto. E a terceira oficina foi à confecção da cerâmica Guarani, no qual, os alunos aprenderam a reproduzir técnicas que a mulher Guarani desenvolveu para a confecção de utensílios feitos de argila.

3.3.1 Primeira oficina: roda de conversa e explicação com slides:

A primeira oficina foi a realização de uma roda de conversa, com apresentação de slides contendo imagens e tópicos que sintetizaram toda a história indígena de Itaquí. O intuito principal era primeiramente, diagnosticar o que os alunos sabiam ou pensavam sobre a história e cultura indígena de modo geral e sobre o contexto do município de Itaquí e posteriormente através dos slides e de forma interdisciplinar foi explanada a história da ocupação indígena no território do município. Destaco que, previsivelmente os alunos não tinham algum conhecimento sobre o assunto, logo uma oficina de cunho explicativo se tornou indispensável para a execução das próximas oficinas.

No primeiro momento escolhi três perguntas para os alunos, no qual eles responderam levantando a mão e após a minha observação dos resultados começamos uma conversa de caráter informal para introduzir o assunto. As perguntas realizadas foram:

- Você já ouviu falar, ou sabe algo a respeito da cultura indígena da sua região?
- Você tem curiosidade ou vontade de conhecer a história e cultura indígena?
- Alguém se considera descendente de índio? Ou conhece alguém que seja?

Resultados obtidos na turma do 9º ano do Ensino Fundamental:

Na primeira pergunta todos os alunos responderam que não sabiam nada a respeito da história indígena de Itaquí e região, na segunda pergunta dez de onze alunos

responderam que tinham interesse ou curiosidade sobre a temática, e na terceira pergunta dois de onze alunos responderam que se consideram descendentes de índio.

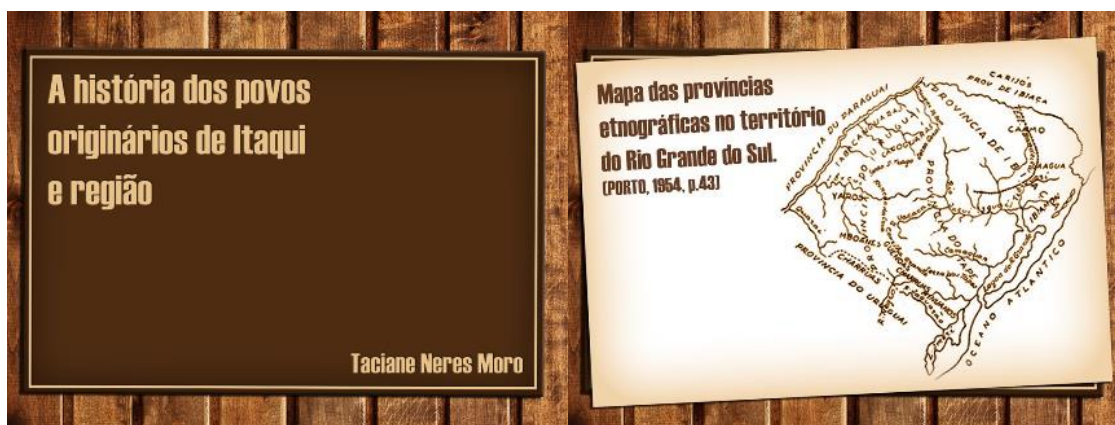
A partir das respostas dos alunos, foi possível constatar que, mesmo que eles não possuam conhecimento sobre a história indígena local, eles querem aprender, sendo que dois alunos já se reconhecem como descendentes indígenas.

Resultados obtidos na turma do 2º ano do Ensino Médio:

Na primeira pergunta, assim como os alunos do Ensino Fundamental (9º ano) os alunos do Ensino Médio (2º ano) responderam que não tinham conhecimento sobre a história indígena de Itaqui, mas já tinham algum conhecimento crítico sobre o assunto, sobre a história do Brasil, sobre a escravização dos povos originários e sobre os 7 Povos das Missões. Na segunda pergunta todos os alunos alegaram ter interesse sobre a história indígena do município, e na terceira pergunta cinco alunos de quinze responderam que se consideravam descendentes dos povos originários.

Novamente a partir das respostas dos alunos o resultado é semelhante a turma do 9º ano, os alunos não possuem conhecimento sobre a história indígena do município, mas estão dispostos para compreender a história indígena local.

Após o primeiro momento, iniciei a explicação do tema através de slides. Esse momento foi organizado para que os alunos pudessem estabelecer bases sólidas de conhecimento sobre a história e cultura dos povos originários da região. Assim, os slides foram feitos de maneira que pudéssemos estabelecer um diálogo interdisciplinar, sendo introduzidos diversos mapas e imagens que possibilitaram uma análise do território, bem como, dos povos originários características físicas e sociais e como chegaram à região e desenvolveram a sua cultura, e o que aconteceu com esses povos após a colonização. Abaixo os slides que foram apresentados aos alunos





Povos Pampeanos: Charrua e Minuano

- Eram caçadores, pescadores e coletores;
- Pés e mãos relativamente pequenos, olhos amendoados, cabelos pretos e liso.
- Moravam em abrigos conhecidos como "choça";
- Desenvolveram artefatos como as boleadeiras e flechas;
- Já ocupavam o território que atualmente delimita o Rio Grande do Sul a cerca de 10.000 anos A.P.

Índios Pampas.

Fonte: VIDAL, 2008 (apud. Juan Perón, 1835)



Uso da boleadeira como massa.

Fonte: VIDAL (2009, p.93 apud. George Masters, 1911)



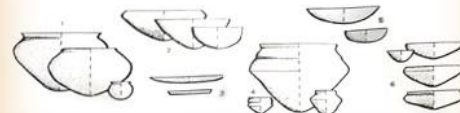
O Guarani

- O Guarani chegou ao território que delimita o Rio Grande do Sul em torno do período do nascimento de Cristo;
- Eram horticultores e ceramistas;
- As cerâmicas eram os utensílios e objetos usados pelos Guaranis.

Cultivavam milho, mandioca, feijão, abóbora, batata doce, entre outros.

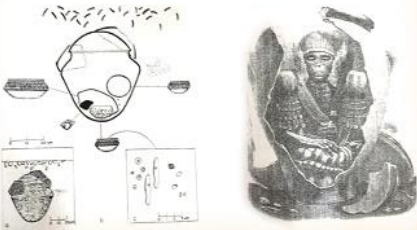


Os utensílios e objetos usados pelos Guaranis eram as cerâmicas. Serviam para transportar, servir e armazenar água, assim como, para a fabricação de bebidas fermentadas de milho e mandioca. Eles também utilizavam a cerâmica para fazer as urnas onde enterravam seus mortos. As mesmas, eram decoradas conforme seus padrões culturais.




Fonte: SANTINELLI (2005, p.38 apud. Montoya, 1876; La Silva & Brochado, 1969; Uesselar, 2000)

Reprodução de um conjunto funerário




Fonte: SANTINELLI (2005, p.38 apud. Montoya, 1876; La Silva & Bruchado, 1988; Dessler, 2000)



Fonte: Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://museuanthropologico.blogspot.com.br/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>. Acesso em: 01/10/2017.

A colonização




Sítio Arqueológico de São Miguel de Arcanjo



Índio Guarani colonizado.

Fonte: BARTOLOMEU (1984, p.12)



Índio Guarani "civilizado" trajado à moda regional (1834)

Fonte: BARTOLOMEU (1984, p.24)



O que aconteceu com os índios?

- Disputa entre as coroas europeias;
- Guarani colonizado;
- Charrua e Miguano e as batalhas de Salsipuedes e Mataojos.

Figura 3: Slides para a primeira oficina. Fonte: Taciane Moro.

Ressalto que a interdisciplinaridade foi um importante recurso metodológico para as práticas de Educação Patrimonial aqui desenvolvidas, estando intrinsecamente presente durante as experiências. De acordo com Japiassu (1976, p. 71), essas integrações interdisciplinares possuem “a vantagem de fornecer um conhecimento não somente mais completo e mais rico do objeto de pesquisa, no nível teórico, mas também de situar este objeto no contexto de uma pesquisa orientada”. Com a apresentação dos slides de maneira interdisciplinar foi possível entrelaçar os aspectos geográficos, sociais, históricos e culturais dos grupos Charrua, Minuano e Guarani, de maneira que, os alunos não ficaram sobrecarregados de informações que não pudessem absorver.

Os alunos se demonstraram atentos à explicação, inclusive também as professoras regentes que fizeram algumas perguntas relevantes sobre o acervo que está exposto na Câmara. Esse primeiro contado foi muito importante para os alunos terem um conhecimento prévio para a realização das outras oficinas.

Destaquei as imagens e os aspectos físicos e culturais dos Charrua, Minuano e Guarani, perguntei se eles já viram alguém que lembra essas características físicas, alguns alunos de ambas as turmas responderam que sim. Assim, os alunos puderam perceber que ainda existem pessoas com descendência indígena, o que os deixou ainda mais instigados.

Ao passar as imagens expliquei a forma como os povos conviviam em sociedade e após, o processo de colonização, focando principalmente como foi à colonização para esses povos originários, como os Guarani foram catequizados e como os Charrua e Minuano passaram a viver de contrabando de gado. Neste momento também mencionei que o território que delimita o município de Itaqui foi uma estância de gado da redução jesuítica de La Cruz, e que frequentemente os Charrua e Minuano circulavam por esse espaço. Após comentei sobre as batalhas de Salsipuedes e Mataojos e como os Charrua e Minuano foram massacrados nesses combates. Os alunos demonstraram surpresa e empatia sobre esse fato histórico.

3.3.2 Segunda Oficina: Visita a Câmara de Vereadores

A segunda oficina foi uma visita a Câmara de Vereadores, local onde os artefatos estão expostos, o objetivo dessa visita foi proporcionar o contato dos alunos com o patrimônio arqueológico, e que possam despertar interesse, curiosidade e respeito pela cultura e identidade dos povos Charrua, Minuano e Guarani. Os artefatos

arqueológicos são fragmentos que demonstram a essência desses povos, ou seja, a identidade dos mesmos está projetada nesse patrimônio. A experiência de Educação Patrimonial teve mais significado quando os alunos puderam vivenciar esse patrimônio, olhar de perto a cerâmica Guarani, as boleadeiras dos Charrua e Minuano, as pontas de projétil, sabendo que esses artefatos foram encontrados na região local.

Pode-se dizer que essa oficina também foi uma atuação política, a Educação Patrimonial possui esse viés político, pois, os alunos fizeram a visita na Câmara de Vereadores da cidade, visto que muitos alunos ainda não haviam tido a oportunidade de visitar essa instituição política. Os discentes puderam perceber que os artefatos estão lá expostos para visitação de qualquer cidadão, e principalmente através dessa visita a exposição, foi estabelecido uma relação de afeto e de memória social dos alunos para com o patrimônio indígena. Sobre a simbologia das representações expressas em exposições e museus, destaca Rizzi (1998):

O exercício da apreciação em museus e exposições tem como uma das finalidades reduzir a lacuna existente entre o que estimulou o autor (ou artista) a fazer o artefato (ou obra) e o fruidor, permitindo que uma multiplicidade de significados sejam expressos, interpretados, compartilhados e revelados (RIZZI, 1998, p. 2018).

É reconhecível o esforço dos agentes envolvidos em tornar acessível a exposição do material, além de que, a instituição política Câmara de Vereadores Palácio Rincão da Cruz se manteve e mantém aberta para visitas de toda a sociedade, no entanto, durante a visita, enfrentamos o empecilho da falta de espaço para os alunos apreciarem os artefatos, os mesmos estão expostos no fundo do auditório da instituição, sendo o espaço tão pequeno que apenas uma parcela do acervo se encontra exposta, a maioria dos artefatos ainda estão armazenados em caixas fechadas.

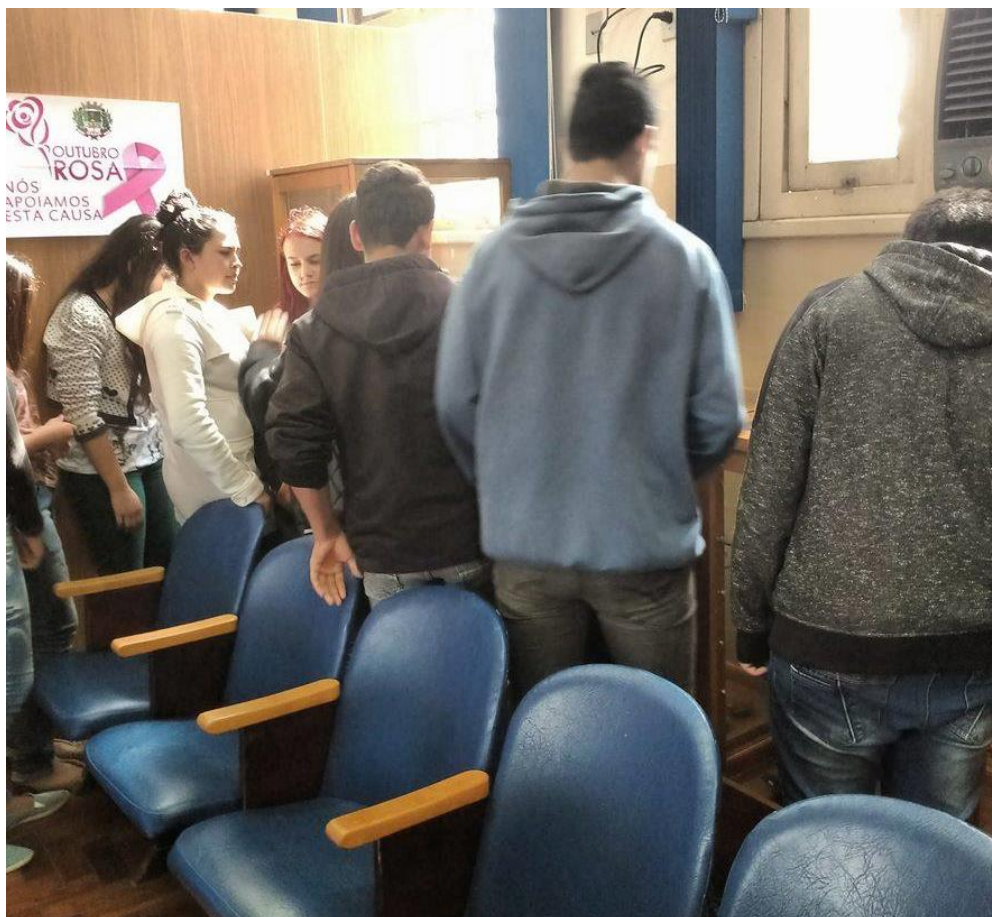


Figura 4: Alunos da Escola Otávio Silveira analisando os artefatos. Foto: Taciane Moro.



Figura 5: Alunos da Escola Otávio Silveira analisando os artefatos. Foto: Taciane Moro.

Além da observação da exposição, durante a visita da turma do 2º ano do Ensino Médio tivemos a participação do Vereador Eber Escobar, responsável por conseguir o

memorando que possibilitou a exposição dos artefatos na Câmara de Vereadores, e que esteve presente acompanhando desde o início do processo de catalogação do acervo pelo arqueólogo Jeremyas Silva. A presença do vereador contribuiu com o resultado da oficina, pois, ele fez o relato de todos os acontecimentos desde a doação do acervo pelo pescador Pércio Bonorino Fogaça, a catalogação e a exposição, além de ressaltar todo o esforço que a Câmara tem feito para encontrar um local apropriado para a exposição de todo o acervo. Neste sentido, a presente oficina de Educação Patrimonial teve um papel fundamental para o conhecimento e reconhecimento da história local do município.



Figura 6: Alunos do Colégio Estadual São Patrício e o Vereador Éber Escobar. Foto: Taciane Moro

3.3.3 Terceira Oficina: Confeção de cerâmica Guarani

A oficina de confecção de cerâmica Guarani se tornou uma metodologia indispensável para a realização das atividades de Educação Patrimonial no município de Itaqui. Vale ressaltar, que essa atividade já era desenvolvida no curso de Ciências Humanas – Licenciatura da UNIPAMPA, campus São Borja, em atividades que fomentam a Educação Patrimonial e a história indígena da região fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, ministradas pela prof.^a Viviane Pouey Vidal, o que proporcionou-me bases sólidas de conhecimento e experiência para a realização dessa oficina nas escolas de Itaqui.

Aprender a confeccionar a cerâmica Guarani permite o contato direto com um saber imaterial da herança memorial da etnia Guarani, o que contribui para a criação de laços memoriais, e de identificação com os elementos culturais desta etnia. Sendo assim, o principal objetivo desta oficina consistiu em ensinar os alunos a reproduzir as técnicas que a mulher Guarani desenvolveu para a produção de cerâmicas.

De acordo com Santinelli (2005), a fabricação da cerâmica guarani era uma atividade de reponsabilidade das mulheres. Segundo a autora, quase todas as cerâmicas tinham forma cônica para ser adequadamente fixada na terra, eram pintadas e decoradas plasticamente. A atividade final era a queimada, que era realizada em fogueiras a céu aberto. Segundo Bartolomeu (1984), as mulheres realizavam uma caprichosa decoração na cerâmica com o barro ainda mole, pinçando a peça com as pontas dos dedos, ou fazendo marcações com as unhas.

Para Santinelli (2005), a cerâmica se tornou um importante elemento da cultura Guarani, a mesma possui as representações artísticas e as tecnologias desenvolvidas por esse grupo, além de permanecer como resistência étnica no período missioneiro com modificações profundas nos elementos culturais.

A oficina de confecção de cerâmica guarani possibilitou aos alunos o contato direto com a cultura da etnia Guarani, durante a realização da atividade os alunos fizeram as cerâmicas reproduzindo as técnicas utilizadas para a confecção e decoração desenvolvidas pela mulher Guarani, destacando-se o formato de base cônica, as técnicas de decoração de marcação com a unha e com os dedos.



Figura 7: Alunos aprendendo a confeccionar a Cerâmica Guarani. Foto: Taciane Moro



Figura 8: Alunos aprendendo a confeccionar a cerâmica Guarani. Foto: Taciane Moro.



Figura 9: Cerâmicas confeccionadas pelos alunos da Escola Otávio Silveira. Foto: Taciane Moro.



Figura 10: Alunos do Colégio São Patrício confeccionando cerâmica Guarani. Foto: Taciane Moro.



Figura 11: Cerâmicas confeccionadas pelos alunos do Colégio Estadual São Patrício. Foto: Taciane Moro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise bibliográfica constata-se que, o território oeste do atual estado do Rio Grande do Sul veio a ser um espaço propício para a ocupação de caçadores-coletores desde a 10.000 anos AP, devido principalmente as características da vegetação e a hidrografia. Esses caçadores e coletores se tornaram grupos descendentes da tradição Humbu, os povos Charrua e Minuano, e assim, desenvolveram uma cultura própria, de práticas específicas para a sobrevivência nesta região.

Já o Tupi-Guarani apareceu neste território a cerca de 2000 anos AP, e trouxeram consigo outra singularidade cultural, onde diferente dos caçadores-coletores, esses eram ceramistas e tinham como base alimentar a agricultura, além de o saber imaterial e uma forte espiritualidade ligada à natureza.

Com o estabelecimento da colonização das coroas portuguesa e espanhola, os povos originários que até então eram os habitantes do território, passaram a ser usados como parte desta disputa de interesse territorial. Assim, os Guarani ficaram diante de tinham duas nuances, entre serem capturados pelos luso-brasileiros para a escravização, ou viverem sob tutela das reduções espanholas. Logo, as reduções Jesuíticas se tornaram uma opção menos agressiva para os Guaranis, assim, essa etnia estabeleceu com os padres jesuítas uma relação de submissão e confiança.

O resultado da submissão dos Guaranis perante as missões acarretou no abandono sua cultura original quase por completo. A agregação de ressignificações ao seu modo de vida caracterizou o surgimento de uma nova dinâmica espacial, gerando a transculturação da etnia. E por fim quando as reduções ficaram sob domínio português, muitos foram obrigados a trabalhar em tropas de guerra ou voltaram para os costumes de seus ancestrais.

No caso dos Charrua e Minuano o processo de contato com os europeus, esteve ligado fortemente ao domínio territorial dos colonizadores e a introdução do gado no território, o que configurou uma profunda mudança nos meios de organização e sobrevivência. Os pampeanos passaram a viver da prática do contrabando do gado, e posteriormente foram vítimas de um desfecho trágico com o desaparecimento quase por completo das duas etnias no ocorrido de Salsipuedes e Mataojos.

Na região que hoje delimita a fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, e em especial no município de Itaqui, é possível perceber a descendência dos povos

Guarani, Charrua e Minuano, nos traços físicos de boa parte da população, além de várias práticas culturais que ainda são mantidas que se originaram da cultura indígena.

Deste modo, é perceptível que se tratando da história indígena de Itaqui e região, temos enquanto futuros professores da área de Ciências Humanas, o dever moral de trabalhar no meio escolar com atividades que fomentam o reconhecimento e valorização das etnias e culturas indígenas. A fim de que, os cidadãos tanto do município quanto da região fronteira oeste compreendam que seus antepassados sofreram e foram vítimas de todo o processo da colonização e da disputa por território.

Reestabelecer os laços culturais, e ressignificar um passado que foi ultrajado, nada mais é que trazer o real sentido das origens históricas, genéticas e culturais, e a escola é o principal meio de mediação para serem fomentadas atividades educacionais que tragam esse viés, de esclarecimento, de valorização e de consciência social da história local.

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível constatar que a Educação Patrimonial é uma necessidade para o município de Itaqui, a história local ainda se encontra ausente nas atividades escolares e, apesar dos esforços dos agentes políticos e educacionais, essa temática ainda é recente nos meios educacionais, políticos e sociais.

As experiências desenvolvidas nas duas escolas podem ser o início de um despertar cultural do meio educacional, pois, durante as experiências os professores se mostraram muito interessados e cativados pelo patrimônio indígena de Itaqui. Sendo assim, é constatável que as oficinas de Educação Patrimonial contribuíram não só apenas com a formação dos alunos, mas com os professores também, que participaram assiduamente das atividades, e através de relatos mencionaram o interesse em seguir com atividades em torno do patrimônio indígena.

As oficinas de Educação Patrimonial em torno do patrimônio indígena de Itaqui contribuíram de forma considerável na construção da identidade cidadã dos alunos. Através da primeira oficina, os discentes puderam compreender a história local e regional, e principalmente, puderam se reconhecer como descendentes indígenas, percebendo assim, que as etnias e a cultura indígena continuam presente no município e merece ser valorizada.

Com a execução da segunda oficina, os alunos visualizaram e interpretaram a cultura indígena projetada nos artefatos arqueológicos, tendo o entendimento que as etnias Charrua, Minuano e Guarani construíram nos artefatos as suas técnicas e tecnologias com os recursos que possuíam, sendo projetado as especificidades e a

essência cultural desses povos. Cabe aqui ressaltar que, sabemos que existe a constatação leiga de que índio é apenas uma etnia e que, de modo geral estão ligados a uma cultura homogênea, através da observação dos artefatos, os alunos compreenderam que os Charrua, os Minuano e os Guaraní são grupos diferentes e possuíam características e aspectos culturais diferentes, assim, identificando-os e valorizando-os.

A realização da terceira oficina, os alunos tiveram contato com algo primário da cultura Guaraní, na confecção das cerâmicas, eles reproduziram as técnicas desenvolvidas pela mulher Guaraní, despertando o interesse e gosto pelas manifestações artísticas desta etnia.

Conclui-se que as oficinas de Educação Patrimonial geraram resultados positivos para a valorização da história, da cultura, e do patrimônio indígena do município de Itaquí, promovendo o auto reconhecimento e estabelecendo laços da memória social dos alunos e da comunidade escolar que foram contemplados pela experiência. Neste sentido, a Educação Patrimonial condiz com as afirmações dos autores consultados, a Educação Patrimonial possui o viés social e político, e funciona como uma “alfabetização cultural”, ela é justa e promove a inclusão social, pois traz em evidência as histórias songadas, as etnias vítimas da colonização, e as culturas que por muito tempo foram consideradas sem valor pelos padrões eurocentristas.

REFERÊNCIAS:

BARTOLOMEU, Meliá S.J. **O índio no Rio Grande do Sul**. Coordenação da Pastoral Indígena Interdiocesano. RS. 1984

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Técnica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1. Ensino Médio. 2. Parâmetros Curriculares Nacionais. 2002. 104p.

BRASIL. Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. **Tradição Umbu**. Disponível em: <<http://museuantropologico.blogspot.com.br/2013/05/tradicao-umbu-tradicao-umbu-e.html>>. Acesso em: 11/05/2016

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de Março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm> Acesso em: 11 de Janeiro de 2017

BECKER, Itala Irene Basile. **O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul**. p. 125-147. In. SCHMITZ, Pedro Ignácio. NAUE, Guilherme. BECKER, Ítala Irene Basile. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINOS São Leopoldo, RS, Brasil. 2006

BECKER, Itala Irene Basile. **Os índios Charrua e Minuano na Antiga Banda Oriental**. (Dissertação de Mestrado) PUC-RS. Porto Alegre, 1982. 315f.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify. 1980.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia e Violência**. São Paulo. Cosac & Naify. 1980.

COLVERO, Ronaldo. **Região Missioneira: Palco de Rupturas e Continuidades**. p.151-164. In. COLVERO, Ronaldo. MAURER, Rodrigo. **Missões em Mosaico da interpretação à prática: um conjunto de experiências**.

COLVERO, Ronaldo. SILVA, Jeremias Machado. **Relatório do acervo arqueológico de Itaqui – RS**. 2010.

CUSTODIO, Luiz Antonio Bolcato. **Missões Jesuíticas: Arquitetura e Urbanismo**. Memorial do Rio Grande do Sul. Caderno de História, nº21.

DELLA MEA, Alex. FREITAS, Vania Maria Oliveira de. CAMARGO, Maria Aparecida Santana. **Elementos culturais dos índios Guarani no Rio Grande do Sul**. XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul. 2014. Disponível em: <<http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20OPINIAO%20E%20EXPRESSAO/ARTIGO/ARTIGO%20>>

%20ELEMENTOS%20CULTURAIS%20DOS%20INDIOS%20GUARANI%20NO%20RIO%20GRANDE%20DO%20SUL.PDF>. Acesso em: Janeiro de 2017

DIAS, Adriana Schmidt. JACOBUS, Andre Luiz. **Quão antigo é o povoamento do Sul do Brasil**. Comunicação apresentada no Taller Internacional de INQUA La Colonización del Sur de America durante la Transición Pleistoceno/Holoceno, Universidad Nacional de La Plata, dezembro de 2000.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação patrimonial**: algumas diretrizes conceituais. Brasil: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. In. Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial. PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, 2015, p.210.

FLORES, Moacyr. **Índios - Rio Grande do Sul**. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993. Disponível em: <<http://www.professorclaudiomar.com.br/pdfs/PrimeirosHabitantesRS.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2017

GARCIA, Anderson Marques. MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. **Convergências e divergências**: aspectos das culturas indígenas Charrua e Minuano. Vivencia Revista de Antropologia. Nº39. 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/39/PDF_para_INTERNET_39/2_Anderson_Marques_Garcia_Saul_Eduardo_Seiguer_Mildner.pdf> Acesso em: 14/10/2015.

GARCIA, Anderson Marques. MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. **Particularidades Históricas e Culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-Americano**. Estudos Históricos. CDHRPyB- Ano IV. Nº8. Uruguay. Julho 2012.

GARCIA, Elisa F. **Os Sete Povos Após a Conquista de 1801**: Administração Portuguesa e Agencia Indígena. p. 163-172. In. COLVERO, Ronaldo. MAURER, Rodrigo. Missões em Mosaico da interpretação à prática: um conjunto de experiências.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Ed. Imagino Editora LTDA. Rio de Janeiro. 1976.

KERN, Arno A. **Entre os mitos e a história**: As Missões Jesuíticas Platinas. p.9-14. In. COLVERO, Ronaldo. MAURER, Rodrigo. Missões em Mosaico da interpretação à prática: um conjunto de experiências.

KERN, Arno. **Missões**: uma utopia política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno. **Antecedentes Indígenas**: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pre-história regional. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 8: 15-24. 1998.

MORAES, Allana Pessanha. **Educação Patrimonial nas escolas**: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em: <

http://www.lages.sc.gov.br/suacidadesuacasa/material/artigo_1.pdf>. Acesso em: Maio de 2016.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas 1999-2000**. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/44a/02-francisosilva.pdf>> Acesso em: Outubro de 2015.

PANIAGUA, Edison Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)**. Alegrete RS. Instituto cultural José Gervasio Artigas. 2013.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Livraria Selbach. Porto Alegre. 1954

RIZZI, Maria Christina de Souza Lima. Além do artefato: apreciação em museus e exposições.. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 215-220, dec. 1998. ISSN 2448-1750. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109542/108025>>. Acesso em: 30 oct. 2017.

SABALLA, Viviane. **Educação Patrimonial: “lugares de memória”**. Revista Mouseion. V.1. 2007. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Lugares%20de%20Memoria%20SABALLA_V.pdf> . Acesso em: Junho de 2017.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Brasília, Senado Federal, conselho Editorial, 2002.

SANTINELLI, Cecília. **A Cerâmica guarani e guarani missioneira**. Instituto Italo-Latino Americano. Curso de Restauração de cerâmica Sul-Americana.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani**. p. 31-64. In SCHMITZ, Pedro Ignácio. NAUE, Guilherme. BECKER, Ítala Irene Basile. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINOS São Leopoldo, RS, Brasil. 2006

SERRES, Helenize Soares. **Estas Terras e Seus Donos: Políticas de espacialidade em La Cruz e no mundo guarani missioneiro (1629-1828)**. 2012. 225 F. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas RS.

VIDAL, Viviane Margareth Pouey. **Os artefatos de arremesso dos campos da América Meridional: um estudo de caso das boleadeiras**. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle: L'Homme qui pensait avec ses doigts*. Paris: Presses universitaires de France, 1999.

VIDAL, Pouey Viviane. **Arqueologia de Resgate e Seu Papel Social: A Educação Patrimonial como “Alfabetização Cultural**. Revista. História e história. UNICAMP. 2010. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=38>> Acesso em: 04/09/2017

VIDAL, Viviane Margareth Pouey. **Os Sítios Arqueológicos Paleoíndios na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**: Novas Perspectivas de Estudo. Revista. História e história. UNICAMP. 2013.

ZANON, Elisa Roberta. Magalhoes, Leandro Henrique. BRANCO, Patricia Martins Castelo. **Educação Patrimonial**: da Teoria a Prática. Ed. Unifil. Londrina. 2009.